



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA
 CNPJ: 07.829.836/0001-42

Relatório da administração - 2020

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
 A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de vossas senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Estrutura Acionária

O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 714.509.342,00 (setecentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.509.342 (setecentas e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

Acionistas	Participação
CPFL Geração de Energia S.A.	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	40%
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	9%

O capital social da Foz do Chapecó Energia S.A., no valor de R\$ 714.129.342,00 (setecentos e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.129.342 (setecentas e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado pela Chapecoense Geração S.A.

Desempenho Operacional

A disponibilidade das unidades geradoras de energia em 2020 foi de 99,38%, superior ao definido na portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 248/2015, determinado em 94,26%.

A usina hidrelétrica Foz do Chapecó possui uma potência instalada de 855 MW e 427,2 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 3.742.272,80 MWh/ano. A geração líquida acumulada em 2020 foi de 2.205.994,55 MWh. O número foi 41% abaixo da energia assegurada, em função das condições hidrológicas.

Desempenho Econômico e Financeiro

A Foz do Chapecó Energia obteve em 2020 uma receita operacional líquida de R\$ 935.862 milhões, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 715.414 milhões e lucro líquido de R\$ 280.466 milhões.

O saldo de financiamento em dezembro de 2020 é de R\$ 916.131 milhões e vem sendo amortizado mensalmente. A última parcela de amortização está prevista para 15 de setembro de 2027.

Sistema de Gestão Integrado

A Foz do Chapecó Energia obteve em dezembro de 2020, da certificadora British Standards Institution (BSI), recomendação para manutenção nas normas ISOs 9001:2015; 14001:2015 e 45001:2018.

Gestão Socioambiental

A Foz do Chapecó Energia mantém o compromisso de cumprir à risca as obrigações estabelecidas no licenciamento ambiental da usina e ir além, promovendo ações que se refletem diretamente na qualidade de vida da população, na preservação da cultura local e no fortalecimento das atividades produtivas tradicionais. Em 2020, a empresa aportou, por meio das leis de incentivo fiscal, R\$ 1,793 milhão, em 21 projetos sociais voltados ao desenvolvimento e à inclusão social nos municípios abrangidos pela usina. A empresa também forneceu ajuda aos municípios no combate à Covid-19, com doações de aventais especiais aos profissionais de saúde, álcool em gel, máscaras e luvas. O material foi entregue em 12 municípios abrangidos pela usina. Foi iniciada a implantação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (Pacuera), aprovado pelo Ibama no ano anterior. Antes do início da pandemia, a equipe de Meio Ambiente da Foz do Chapecó percorreu 10 municípios abrangidos pelo reservatório para orientar e começar a regularização dos acessos ao lago. A Foz do Chapecó Energia também promoveu a recuperação de áreas degradadas. Foram plantadas 21.647 mudas em 10,94 hectares nas áreas do antigo canteiro de obras da usina e 65,53 hectares localizados em áreas de corredores de fauna na APP do reservatório, totalizando 76,47 hectares.

Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2020, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 10,370 milhões em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 3,697 milhões foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R\$ 1,848 milhão alocado no Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 4,825 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Agradecimentos

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores e a comunidade residente na região da usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17	9	122.643	240.645	Fornecedores	12	-	-	18.506	14.032
Contas a receber de clientes	6	-	-	117.074	114.246	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	138.128	138.759
Impostos a recuperar	7	2	1	243	8.686	Salários e obrigações sociais	-	-	-	1.667	1.653
Dividendos a receber	9	345	73.087	-	-	Impostos a recolher	14.a	-	-	7.061	6.841
Despesas antecipadas	8	-	-	376	14.007	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14.b	-	-	98.105	115.162
Outros créditos		-	-	24.771	1.774	Provisão para riscos fiscais	17	-	-	-	12
		<u>364</u>	<u>73.097</u>	<u>265.107</u>	<u>379.358</u>	Taxas regulamentares	15	-	-	30.876	31.921
						Uso do bem público	16	-	-	77.070	70.698
						Dividendos declarados	18.c	-	72.725	-	72.725
								-	<u>72.725</u>	<u>371.413</u>	<u>451.803</u>
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	56.490	60.398	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	778.003	913.308
Impostos a recuperar	7	-	-	60	8.988	Taxas regulamentares	17	-	-	2.045	-
Impostos diferidos	23.a	-	-	-	5.624	Uso do bem público	16	-	-	789.590	731.113
Outros créditos		-	-	-	18.665	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	-	-	1.998	2.931
Investimento em controlada	9	933.985	1.024.286	-	-	Impostos diferidos	23.a	-	-	12.691	-
Imobilizado	10	-	-	2.195.114	2.254.111			-	-	<u>1.584.327</u>	<u>1.647.352</u>
Intangível	11	-	-	373.318	396.669	Patrimônio líquido	18				
		<u>933.985</u>	<u>1.024.286</u>	<u>2.624.982</u>	<u>2.744.455</u>	Capital social		714.509	714.509	714.509	714.509
						Reservas de lucros		219.840	310.149	219.840	310.149
						Total do patrimônio líquido		<u>934.349</u>	<u>1.024.658</u>	<u>934.349</u>	<u>1.024.658</u>
Total do ativo		<u>934.349</u>	<u>1.097.383</u>	<u>2.890.089</u>	<u>3.123.813</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>934.349</u>	<u>1.097.383</u>	<u>2.890.089</u>	<u>3.123.813</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	19	-	-	935.862	884.034
Custo de geração de energia elétrica	20	-	-	(300.255)	(269.201)
Resultado bruto		-	-	635.607	614.833
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	21	-	-	(5.581)	(7.042)
Honorários da administração	25	-	-	(1.391)	(1.394)
Resultado de equivalência patrimonial	9	280.466	306.197	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		-	-	151	52
		<u>280.466</u>	<u>306.197</u>	<u>(6.821)</u>	<u>(8.384)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>280.466</u>	<u>306.197</u>	<u>628.786</u>	<u>606.449</u>
Receitas financeiras	22	-	15	11.789	16.526
Despesas financeiras	22	(1)	(1)	(209.535)	(164.565)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>280.465</u>	<u>306.211</u>	<u>431.040</u>	<u>458.410</u>
Contribuição social corrente	23	-	(2)	(35.493)	(40.293)
Imposto de renda corrente	23	-	-	(96.767)	(107.834)
Contribuição social diferida	23	-	-	(4.848)	(1.078)
Imposto de renda diferido	23	-	-	(13.467)	(2.996)
Resultado do exercício		<u>280.465</u>	<u>306.209</u>	<u>280.465</u>	<u>306.209</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício		280.465	306.209	280.465	306.209
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		<u>280.465</u>	<u>306.209</u>	<u>280.465</u>	<u>306.209</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção		
Saldos em 01 de janeiro de 2019	714.509	76.665	-	198.428	989.602
Destinação para reserva de retenção	-	-	198.428	(198.428)	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(198.428)	-	(198.428)
Resultado do exercício	-	-	-	306.209	306.209
Destinações					
Constituição de reserva legal	-	15.310	-	(15.310)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(72.725)	(72.725)
Lucros à disposição da assembléia	-	-	-	218.174	(218.174)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>714.509</u>	<u>91.975</u>	<u>-</u>	<u>218.174</u>	<u>1.024.658</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2020	<u>714.509</u>	<u>91.975</u>	<u>-</u>	<u>218.174</u>	<u>1.024.658</u>
Destinação para reserva de retenção de exercícios anteriores	-	-	218.174	(218.174)	-
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	152.600	(152.600)	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(218.174)	-	(218.174)
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(152.600)	-	(152.600)
Resultado do exercício	-	-	-	280.465	280.465
Destinações					
Constituição de reserva legal	-	14.023	-	(14.023)	-
Lucros à disposição da assembléia	-	-	-	266.442	(266.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>714.509</u>	<u>105.998</u>	<u>-</u>	<u>113.842</u>	<u>934.349</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos impostos		280.465	306.211	431.040	458.410
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10 e 11	-	-	86.627	86.931
Equivalência patrimonial	9	(280.466)	(306.197)	-	-
Encargos financeiros, líquidos	13	-	-	72.574	96.442
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	-	-	(1.055)	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		-	-	-	102
Resultado baixa de imobilizado		-	-	465	375
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	-	-	110	(120)
Variação monetária e AVP do uso do bem público	16	-	-	136.609	67.533
Rendimento das aplicações financeiras	22	-	-	(9.522)	(16.309)
		<u>(1)</u>	<u>14</u>	<u>716.848</u>	<u>693.364</u>
Redução (aumento) dos ativos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(2.828)	4.390
Impostos a recuperar		-	2	17.371	5.907
Imposto diferido		-	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	13.631	27.385
Outros créditos		-	-	(4.332)	(3.913)
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores		-	-	4.474	1.502
Salários e obrigações sociais		-	-	14	305
Impostos a recolher		-	-	-	1.368
Taxas regulamentares		-	-	1.000	1.516
Caixa gerado pelas operações		<u>(1)</u>	<u>16</u>	<u>746.178</u>	<u>731.824</u>
Despesas financeiras e juros pagos	13	1	(1)	(73.205)	(93.251)
IRPJ e CSLL pagos		-	(5)	(149.097)	(134.238)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>-</u>	<u>10</u>	<u>523.876</u>	<u>504.335</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(4.699)	(4.437)
Aplicações financeiras		-	-	9.522	16.309
Aquisição de intangível	10	-	-	(45)	(1.195)
Recebimento de dividendos		443.507	264.207	-	-
Caixa gerado pelas atividades de investimento		<u>443.507</u>	<u>264.207</u>	<u>4.778</u>	<u>10.677</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos	18.c	(443.499)	(264.571)	(443.499)	(264.571)
Pagamento do uso do bem público (UBP)	16	-	-	(71.760)	(68.937)
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(135.305)	(135.231)
Captação de aplicações financeiras vinculadas		-	-	(70.272)	-
Resgate de aplicações financeiras vinculadas		-	-	74.180	10.369
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(443.499)</u>	<u>(264.571)</u>	<u>(646.656)</u>	<u>(458.370)</u>
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	8	-	(354)	(118.002)	56.642
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9	363	240.645	184.003
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>17</u>	<u>9</u>		



continuação.

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL (direito discricionário do poder concedente), desde que a concessionária assim o requeira, por menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBP, o montante de R\$ 504.000 (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago em 26 anos, ou seja, em 314 parcelas mensais. O início do pagamento ocorreu a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, o que ocorreu em outubro de 2010, quando foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, em 40%, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, em 60%. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$ 6.423. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$ 866.660 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 801.811 em 31 de dezembro de 2019).

Destinação da energia

A energia produzida foi vendida da seguinte forma:

- 40% vendida às empresas CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Paulista de Força e Luz, no Ambiente de Contratação Regulada- ACR, para o período de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2027 (PPA - Power Purchase Agreement) e corrigido anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- 60% vendida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 (CCEAR - Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado) e corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.

Análise impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia

Em 08 de abril de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). Até o momento a Companhia e sua controlada não registraram nenhuma inadimplência de seus clientes. A Companhia e sua controlada operam em escala normal atendendo aos requisitos de segurança e proteção dos profissionais que atendem diretamente e indiretamente nas atividades cotidianas, e está em constante análise do desempenho do mercado para garantir a saúde financeira da Companhia.

Em 23 de junho de 2020, surgiu a resolução nº 885 que dispõe sobre a Conta-Covid, cujo o objetivo é reduzir o impacto dos efeitos da pandemia. Através do decreto nº 10350/2020 foram estabelecidos critérios de empréstimos às empresas do setor para superar a crise. A Companhia e sua controlada avaliaram os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluíram que no exercício de 2020 até presente data não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o balanço patrimonial consolidado apresenta capital circulante negativo no montante de R\$ 106.306 (R\$ 72.445 em dezembro de 2019), em função da distribuição de dividendos adicionais (nota 18.c). Conforme estimativas da Administração essa situação será solucionada normalmente através da geração futura de caixa operacional.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2021.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio de resultado.

b. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada integral, Foz do Chapecó Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (i) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (ii) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- Imobilizado: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

- Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- Partes relacionadas: apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas; e

- Ajuste a valor presente do saldo do Uso do Bem Público UBP.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente:

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

• **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia e sua controlada só possuem passivos classificados e mensurados pelo custo amortizado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão incluídos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada não possuem perdas sobre os recebíveis de clientes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Em 13 de outubro de 2020 a Companhia e sua controlada enviaram a correspondência CE-FCE-0140-20 para a ANEEL, questionando sobre o direito de indenização do valor residual dos bens ao final da concessão, e em 19 de novembro de 2020, por meio do Ofício nº 510/2020-SFF/ANEEL, a ANEEL respondeu que não há que se falar em indenização ao final do prazo contratual, amparado no § 2º do art. 4º da Lei nº 9074/1995, e a partir do Parecer da Procuradoria Jurídica da ANEEL nº 170/2013-PGE/ANEEL/PGF/AGU,

02 de abril de 2013. Diante disso, a Companhia e sua controlada a partir de 01 de janeiro de 2021 continuarão a aplicar a Resolução Normativa no 674/15, emitida pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil desses bens, porém a partir desta data (01 de janeiro de 2021) a depreciação dos bens estarão limitadas ao prazo do contrato de concessão.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público - UBP. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do passivo circulante e não circulante.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que

são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.
- A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:
 - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
 - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para ativos não financeiros.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela administração da Companhia e sua controlada.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

(i) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

(ii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

k. Ajuste a valor presente

As obrigações de uso do bem público - UBP são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGPM e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no início (2011) do cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos, e reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira para fruição do prazo.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

continua...

continuação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo 40% através de Power Purchase Agreement – PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

o. Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas foram efetivadas para o exercício iniciados após 1º de janeiro de 2020 e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de Negócio (Alterações ao CPC 15/ IFRS 3);
- Definição de Materialidade (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7);
- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16).

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020;
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à vista	17	9	233	299
Aplicações financeiras	-	-	122.410	240.346
Total	17	9	122.643	240.645

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário – CDI de 101,5% a 112,6%. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e, por essa razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

Referem-se a aplicações financeiras (conta reserva) classificadas como valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES e do contrato CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão).

Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 49.390 (R\$53.406 em 31 de dezembro de 2019).

Para garantia do pagamento dos encargos do Uso da Transmissão, a Companhia e sua controlada optaram pelo Contrato de Constituição de Garantia - CCG, onde deverá ser mantido em conta especial 110% do valor de um mês do seu pagamento mensal, sendo que esta conta poderá ser utilizada até o final do contrato de concessão, desde que a Companhia e sua controlada estejam cobertas por carta fiança. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.100 (R\$ 6.992 em 31 de dezembro de 2019).

6 Contas a receber de clientes (consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	7.925	9.073
Suprimento de energia elétrica – PPA	40.586	36.708
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	68.563	68.465
Total	117.074	114.246
Partes relacionadas (nota explicativa 24)	73.459	69.683
Outros clientes	43.615	44.563

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 49 dias. Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as políticas da Companhia.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos de PIS e COFINS*	-	-	6	16.957
IRRF sobre aplicação financeira	2	1	291	678
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	4	-
Outros	-	-	2	39
Total	2	1	303	17.674
Circulante	2	1	243	8.686
Não circulante	-	-	60	8.988

(* Em 31 de dezembro de 2019, os créditos de PIS e COFINS, referem-se a basicamente créditos de depreciação, das transações com a CCEE e de mudança de regime cumulativo para não cumulativo dos contratos de venda PPA que estavam em análise e aguardando homologação da Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada reverteram o valor de R\$ 20.024 contra o resultado do exercício com base em análise jurídica em que classificou os créditos como sendo de êxito possível de compensação nesta data, devido a discussão sobre o prazo de prescrição desses créditos. Os créditos foram judicializados e a Companhia e sua controlada aguardam decisão para aproveitamento.

8 Despesas antecipadas (consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Seguros	376	317
Repactuação GSF - prêmio de risco hidrológico	-	13.690
Total	376	14.007

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios de seguros	Vigência	Circulante
Seguro de responsabilidade civil	30.05.20 a 30.05.21	12
Seguro de riscos operacionais	30.05.20 a 30.05.21	301
Seguro de veículos	03.05.20 a 03.05.21	5
Seguro D&O	30.09.20 a 30.09.21	11
Seguro empresarial	03.03.20 a 03.03.21	1
Seguro garantia	01.12.20 a 31.12.21	46
Total		376

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente ao ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. A partir de julho de 2020 o pagamento da parcela passou a ser realizado por meio de liquidação financeira mensal através da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, sem antecipação do prêmio. O valor médio do prêmio mensal liquidado pela CCEE em 2020 foi de R\$ 3.825.

Movimentação do risco hidrológico de geração em 2020

	31/12/2019	Apropriação de seguro	31/12/2020
Risco Hidrológico de Geração	13.690	(13.690)	-
Total	13.690	(13.690)	-
Circulante	13.690	-	-
Não circulante	-	-	-

Movimentação do risco hidrológico de geração em 2019

	31/12/2018	Apropriação de seguro	31/12/2019
Risco Hidrológico de Geração	41.071	(27.381)	13.690
Total	41.071	(27.381)	13.690
Circulante	27.381	-	13.690
Não circulante	13.690	-	-

9 Investimento em controlada

Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

	Foz do Chapecó	
	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade de ações	714.129	714.129
% Participação	100%	100%
Ativo	2.890.071	3.123.803
Passivo	2.022.696	2.099.517
Patrimônio líquido	867.375	1.024.286
	Foz do Chapecó	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita Líquida	935.862	884.034
Resultado do exercício	280.466	306.197

A movimentação do investimento no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.024.286	989.239
Equivalência patrimonial	280.466	306.197
Distribuição de lucros de exercícios anteriores (a)	(218.165)	(198.428)
Distribuição de lucros do exercício (b)	(152.601)	-
Dividendos declarados (c)	-	(72.722)
Saldo no final do exercício	933.986	1.024.286

(a) O montante de R\$218.165 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 16 de setembro de 2020, e pago em 10 de dezembro de 2020.

(b) O montante de R\$152.601 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de setembro de 2020, e pago em 10 e 21 de dezembro de 2020.

(c) O montante de dividendos declarados a receber em aberto em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 345 que é residual de 2018 (31 de dezembro de 2019 é de R\$ 73.087 refere-se a R\$ 72.722 dos dividendos de 2019 e R\$ 365 de 2018).

10 Imobilizado (consolidado)

a. Composição do imobilizado

	31/12/2020		31/12/2019	
	Taxa média anual de depreciação	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Em serviço:				
Terrenos		185.207	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	1.515.984	(310.184)	1.205.800
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,12%	261.883	(56.694)	205.189
Máquinas e equipamentos	6,24%	841.657	(272.361)	569.296
Outros	7,23%	3.380	(2.171)	1.209
		2.808.111	(641.410)	2.166.701
Em curso:				
Terrenos		3.803	-	3.803
Edificações, obras civis e benfeitorias		681	-	681
Máquinas e equipamentos		13	-	13
Depósitos judiciais (*)		22.407	-	22.407
Material em Depósito		962	-	962
Outros		547	-	547
		28.413	-	28.413
Total		2.836.524	(641.410)	2.195.114

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

Movimentação do imobilizado em 2020

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transfêrências	31/12/2020
Em serviço:					
Terrenos	185.207	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.515.839	-	-	145	1.515.984
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.883	-	-	-	261.883
Máquinas e equipamentos	839.486	-	-	2.171	841.657
Outros	3.770	-	(128)	(262)	3.380
	2.806.185	-	(128)	2.054	2.808.111
Depreciação acumulada	(578.239)	(63.231)	60	-	(641.410)
	2.227.946	(63.231)	(68)	2.054	2.166.701
Em curso:					
Imobilizado em construção	26.165	4.699	(397)	(2.054)	28.413
	26.165	4.699	(397)	(2.054)	28.413
Total	2.254.111	(58.532)	(465)	-	2.195.114

Indisponibilidade dos bens

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considerava que havia garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia depreciou os seus ativos até 31 de dezembro de 2020 de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, em que pese à legislação e a Resolução Autorizativa que prevê a possibilidade da renovação da autorização e indenização dos saldos não depreciados e/ou amortizados. No entanto, em novembro de 2020 a ANEEL emitiu o Ofício 510/2020-SFF/ANEEL em resposta a correspondência CE-FCE-140-20 enviada pela Companhia e sua controlada, questionando se haveria indenização do valor residual dos bens ao final do prazo de concessão. A ANEEL respondeu que a partir do Parecer da Procuradoria Jurídica da ANEEL nº 170/2013-PGE/ANEEL/PGF/AGU, 02 de abril de 2013, amparado no § 2º do art. 4º da Lei nº 9074/1995, de que não há de se falar em indenização ao final do prazo contratual para concessões de geração de energia elétricas outorgadas anteriores a 11 de dezembro de 2003, desta forma, a detentora do contrato de concessão nº 128/2001 Foz do Chapecó Energia S.A, se enquadra nesta regra. De acordo com o exposto, a administração da Companhia e sua controlada revisaram os critérios de depreciação e decidiram que a partir de 01 de janeiro de 2021 a depreciação dos bens do ativo imobilizado estarão limitadas ao prazo de concessão.

b) Movimentação do imobilizado em 2019

Em serviço:	31/12/2018	Adições	Baixas	Transfêrências	
				31/12/2019	31/12/2019
Terrenos	185.207	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.508.864	-	-	6.975	1.515.839
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.744	-	(3)	142	261.883
Máquinas e equipamentos	835.929	56	-	3.501	839.486
Outros	3.570	-	(214)	414	3.770
	2.795.314	56	(217)	11.032	2.806.185
Depreciação acumulada	(515.028)	(63.344)	133	-	(578.239)
	2.280.286	(63.288)	(84)	11.032	2.227.946
Em curso:					
Imobilizado em construção	33.109	4.381	(293)	(11.032)	26.165
	33.109	4.381	(293)	(11.032)	26.165
Total	2.313.395	(58.907)	(377)	-	2.254.111

11 Intangível (consolidado)

a. Composição do intangível

	31/12/2020		31/12/2019	
	Amortização	Saldo	Amortização	Saldo
Uso do Bem Público	580.002	(211.692)	368.310	391.330
Servidões	6.186	(2.439)	3.747	3.985
Outros	1.961	(700)	1.261	1.354
Total	588.149	(214.831)	373.318	396.669

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao direito de exploração da concessão mencionada na nota explicativa nº 16 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2036. Os valores de amortização do UBP estão contabilizados no resultado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$23.019 (R\$ 23.019 em 31 de dezembro de 2019).

b. Movimentação do intangível em 2020

Em serviço	Movimentação			
	31/12/2019	Adições	Transferências	31/12/2020



continuação.
 dívida de, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor da dívida, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos no "Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM nº 4.001.463-0", e nas "Obrigações da beneficiária que pede para apresentar anualmente, para fins de comprovação do cumprimento da meta do índice de cobertura mínimo". O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2020, a controlada apresentou índice de 2,3 (2,6 em 31 de dezembro de 2019) atingindo os índices de Convenants tanto os financeiros quanto os qualitativos.

14 Impostos a recolher (consolidado)

a. Impostos a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	5.311	5.133
PIS	1.151	1.112
ICMS	471	488
Outros	128	108
Total	7.061	6.841

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	74.181	86.288
Contribuição social	23.924	28.874
Total	98.105	115.162

15 Taxas regulamentares (consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Pesquisa e Desenvolvimento	31.557	27.860
Taxa de Fiscalização	218	219
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.146	3.842
Total	32.921	31.921
Circulante	30.876	31.921
Não circulante	2.045	-

16 Uso do Bem Público - UBP

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo, refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação (direito de outorga), determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2036, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M (40% do saldo) e IPCA (60% do saldo) em novembro de cada ano. O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M e IPCA até 31 de dezembro de 2020.

a. Movimentação do Uso do Bem Público em 2020

	31/12/2019	Pagamento e AVP	Atualização monetária	31/12/2020
Uso do Bem Público - UBP	801.811	(71.760)	136.609	866.660
Circulante	70.698	-	-	77.070
Não circulante	731.113	-	-	789.590

b. Movimentação do Uso do Bem Público em 2019

	31/12/2018	Pagamento e AVP	Atualização monetária	31/12/2019
Uso do Bem Público - UBP	803.215	(68.937)	67.533	801.811
Circulante	68.585	-	-	70.698
Não circulante	734.630	-	-	731.113

17 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (consolidado)

A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais, de natureza cível, trabalhista e fiscal. A Administração da Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme movimentação abaixo:

a. Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas - 2020

	31/12/2019	Atualização Monetária	Adição	Reversão	31/12/2020
Riscos trabalhistas	1.077	24	-	(994)	107
Ação indenizatória	1.854	86	-	(49)	1.891
Ação fiscal	12	-	-	(12)	-
Total	2.943	110	-	(1.055)	1.998
Circulante	12	-	-	-	-
Não circulante	2.931	-	-	-	1.998

b. Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas - 2019

	31/12/2018	Atualização Monetária	Adição	Reversão	31/12/2019
Riscos trabalhistas	693	37	422	(75)	1.077
Ação indenizatória	2.268	57	8	(479)	1.854
Ação fiscal	-	10	2	-	12
Total	2.961	104	432	(554)	2.943
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	2.961	-	-	-	2.931

c. Possível

As ações de risco possível totalizam o montante de R\$ 106.147 (R\$ 103.842 em 31 de dezembro de 2019) e correspondem basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina da controlada Foz do Chapecó. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada possuem R\$ 22.407 (R\$ 22.774 em 31 de dezembro de 2019) de depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado relacionados a processos de desapropriações, conforme nota explicativa nº 10.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 714.509, representado por 714.509.342 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia e sua controlada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Participação - %
CPFL Geração Energia S.A.	364.399.765	51,00
Furnas Centrais Elétricas S.A.	285.803.736	40,00
CEEE-GT Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	64.305.841	9,00
Total	714.509.342	100,00

b. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem constituído reservas de lucros no montante de R\$ 219.840, de acordo com a legislação societária.

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações de financiamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 16 de setembro de 2020, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 218.174, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

A destinar

A reserva de lucros a destinar refere-se ao saldo remanescente dos lucros do exercício de 2020, à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

c. Dividendos declarados

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2020
Lucro líquido do exercício	280.464
Reserva legal - 5%	(14.023)
Base de cálculo de dividendos	266.441
Dividendos propostos intermediários distribuídos em 2020	152.600

A seguir a movimentação de dividendos a pagar:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	72.725
Distribuição de reservas de lucros	218.174

Distribuição de dividendos intermediários 2020	152.600
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios	(72.725)
Pagamento dividendos adicionais	(218.174)
Pagamento dividendos intermediários 2020	(152.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de setembro de 2020, deliberou-se pela distribuição de lucros intermediários sobre lucro líquido de 30 de junho de 2020. O montante aprovado foi de R\$ 152.600, para pagamento conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019 no montante de R\$ 72.725 foram pagos aos acionistas em julho de 2020 e os dividendos adicionais e intermediários no montante de R\$ 218.174 e R\$ 152.600 respectivamente foram pagos em dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada não apresentaram dividendos propostos de 25% a pagar, pois esta obrigação já foi executada quando foram pagos os dividendos intermediários.

19 Receita operacional líquida (consolidado)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida, apresentada na demonstração do resultado do período:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	2.275.056,0	589.947	2.269.099,0	568.371
Suprimento de energia elétrica - PPA	1.501.009,9	452.719	1.506.677,8	422.556
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	623.781,2	16.363	1.008.610,9	17.977
	4.399.847,1	1.059.029	4.784.387,7	1.008.904
Tributos sobre a receita	-	(101.371)	-	(95.087)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(9.332)	-	(8.814)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(12.464)	-	(20.969)
	-	(21.796)	-	(29.783)
Receita operacional líquida	4.399.847,1	935.862	4.784.387,7	884.034

20 Custo de geração de energia elétrica (consolidado)

a. Energia elétrica comprada para revenda

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	1.388.825,2	(32.535)	163.217,0	(28.220)
Fornecedores diversos de energia elétrica	210.816,0	(45.068)	222.096,2	(44.173)
Créditos de PIS e COFINS	-	5.983	-	6.504
Total	1.599.641,2	(71.620)	385.313,2	(65.889)

Em 2020, devido a baixa vazão do rio Uruguai houve redução da geração de energia elétrica, desta forma foi necessário comprar energia no mercado de curto prazo.

b. Custos da produção de energia

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Depreciação e amortização		(86.529)		(86.762)
Pessoal		(4.985)		(4.976)
Serviços de terceiros		(11.649)		(14.037)
Materiais		(745)		(653)
Seguros (nota 8)		(37.386)		(27.381)
Contribuições e patrocínios		(2.128)		(4.049)
Encargos de uso da rede elétrica		(81.115)		(77.312)
Outros(*)		(20.272)		(3.841)
Créditos de PIS e COFINS		16.174		15.699
Total		(228.635)		(203.312)
Total (a) + (b)		(300.255)		(269.201)

(*) Em dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada registraram a perda de R\$ 17.408 de saldo a recuperar de imposto judicializado conforme relatado na nota explicativa 7.

21 Despesas operacionais gerais e administrativas (consolidado)

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros	(3.386)	(3.718)
Depreciação e Amortização	(98)	(169)
Pessoal	(2.683)	(2.668)
Materiais	(61)	(67)
Outros	637	(431)
Créditos de PIS e COFINS	10	11
Total	(5.581)	(7.042)

22 Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras	-	16
Rendimento de aplicações financeiras	-	(1)
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	-	15
Despesas financeiras	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total	(1)	14

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras	9.522	16.309
Rendimento de aplicações financeiras	2.839	998
Outras receitas financeiras	(572)	(781)
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	11.789	16.526

Despesas financeiras

Encargos sobre empréstimos	(72.574)	(96.442)
Variação monetária e AVP do uso do bem público	(136.609)	(67.533)
Outras despesas financeiras	(352)	(590)
Total	(209.535)	(164.565)
	(197.746)	(148.039)

23 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

Segue abaixo reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado consolidado:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	431.040	458.410
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota nominal	(146.554)	(155.859)
Outras adições (exclusões) Ilíquidas	(4.021)	3.658
Despesa de acordo com a alíquota efetiva	(150.575)	(152.201)
Alíquota efetiva	35%	32%
Corrente	(132.260)	(148.127)
Diferido	(18.315)	(4.074)

a. Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, apresentando a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças temporárias sobre as quais foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos		
Pesquisa & desenvolvimento	30.596	26.952
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.998	2.944
Depreciação fiscal	(70.712)	(14.117)
PPR - Programa de participação nos resultados	792	765
Total das diferenças temporárias	(37.326)	16.544
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.691)	5.624

Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 27 de setembro de 2019, deliberou-se sobre a adoção de depreciação acelerada para apuração do imposto de renda e contribuição social. A adoção foi aplicada em outubro de 2019 e a expectativa de realização é que ocorra até final de 2036, consequentemente a Companhia passará a pagar o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos. O cronograma com a expectativa de realização das diferenças temporárias está demonstrado a seguir:

	2022	2023	2024-2037	Total
	4.079	1.031	(42.436)	(37.326)

24 Transações com partes relacionadas (Consolidado)

Os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota explicativa. Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia, sua controlada e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber		
CPFL Paulista de Força e Luz	29.019	27.288
CPFL Piratininga de Força e Luz	15.847	13.451
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	6.281	6.380
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	4.420	4.456
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	3.079	2.983
Companhia Energética do Piauí	1.649	1.613
Celg Distribuição S.A.	2.652	3.547
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	4.679	4.237
Companhia Energética do Rio Grande do Norte-COSERN	1.954	1.944
Elektro Redes S.A.	1.786	1.726
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	1.679	1.658
Eletróbrás Distribuição Alagoas	381	369
Companhia Jaguarí de Energia	33	31
Total	73.459	69.683

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita com fornecimento de energia elétrica		
CPFL Paulista de Força e Luz	301.423	280.519
CPFL Piratininga de Força e Luz	151.296	142.037
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	46.493	45.138



continuação...
 em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
 - **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
 - **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item "ii");
- Risco de liquidez (veja item "iii"); e
- Risco de mercado (veja item "iv").

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de que a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 40% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo CPFL, acionista da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 4), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2020, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e sua controlada possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia e sua controlada, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2020.

Nota	Ex- plicativa	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	16	(6.423)	(12.845)	(58.876)	(84.038)	(87.173)	(1.433.024)	(1.682.379)
Uso do bem público	13	(16.755)	(32.793)	(145.895)	(185.892)	(176.331)	(576.208)	(1.133.874)
Empréstimos e financiamentos	12	(18.506)	-	-	-	-	-	(18.506)
Fornecedores								
		(41.684)	(45.638)	(204.771)	(269.930)	(263.504)	(2.009.232)	(2.834.759)

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em fosse mantido nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 2,77% a.a.; TJLP 4,55% a.a.; IGPM 24,52% a.a.; IPCA 4,31 a.a.). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos acima, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Valor exposto	Risco	Instrumentos financeiros ativos – Aplicações Financeiras		
		CDI		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
178.900	Redução da CDI	469	(886)	(2.241)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Chapecoense Geração S.A.
 Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapecoense Geração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Chapecoense Geração S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distor-

cido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES			
Valor exposto	Risco	TJLP	
		Cenário Provável I	Cenário II
(916.131)	Aumento da TJLP	(60.138)	(86.062)
		25%	50%
		(106.846)	(106.846)

Instrumentos financeiros passivos – UBIP			
Valor exposto	Risco	IGPM - IPCA	
		Cenário Provável I	Cenário II
(866.660)	Aumento do IGPM – 60% e IPCA – 40%	(152.842)	(180.661)
		(208.478)	(208.478)

- Cenário Provável (I): Os índices de CDI, TJLP, IGPM e IPCA considerados no cenário provável são de: 2,77% a.a., 4,55% a.a., 24,52% a.a. e 4,31% a.a. respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. Para a UBIP foi realizada ponderação da variação do IGP-M, em 40%, e do IPCA, em 60%.
- Cenário II e III Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia e sua controlada optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

(v) Outros riscos

Análise de risco de não renovação da concessão

A controlada Foz do Chapecó detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Análise de risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapecó. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

27 Compromissos contratuais

Seguem abaixo os compromissos de longo prazo da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2020:

Obrigações contratuais	Consolidado				Total
	Até 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	
TUST - Tarifa de Uso dos					
Sistemas Elétricos de Transm.	81.345	186.777	209.314	1.537.820	2.015.256
Compra de energia	34.830	69.660	64.324	58.798	227.612
Contratos de O&M	1.979	3.959	-	-	5.938
Contratos de venda	1.147.092	2.485.213	2.667.156	15.811.767	22.111.227
	1.265.246	2.745.609	2.940.794	17.408.385	24.360.034

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Chapecoense Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: I- O Relatório Anual da Administração – Exercício de 2020; II- O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e III- O parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido em 02 de fevereiro de 2021. Após haver procedido ao exame de todos os documentos citados acima, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos

judgados necessários, concluiu que as demonstrações financeiras refletem a posição patrimonial e financeira da empresa, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação. Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Chapecoense Geração S.A., e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes de 02 de fevereiro de 2021, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
 Cristiano Jardim Seguecio
 Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Florianópolis, 03 de março de 2021.

Conselheiros Fiscais:
 Tiago da Costa Parreira
 Ricardo Motoyama de Almeida
 Viviane Duarte dos Santos

Foz do Chapecó		FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.		Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020.			
Foz do Chapecó Energia S.A.		CNPJ 04.591.168/0001-70					
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019							
(Em milhares de Reais - R\$)							
Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.626	240.636	Fornecedores	11	18.506	14.032
Contas a receber de clientes	6	117.074	114.246	Empréstimos e financiamentos	12	138.128	138.759
Impostos a recuperar	7	241	8.685	Salários e obrigações sociais		1.667	1.653
Despesas antecipadas	8	376	14.007	Impostos a recolher	13.a	7.061	6.841
Outros créditos		24.771	1.774	Imposto de renda e contribuição social a recolher	13.b	98.105	115.162
		265.088	379.348	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	-	12
				Taxas regulamentares	14	30.876	31.921
				Uso do bem público	15	77.070	70.698
				Dividendos declarados	17.c	345	73.087
						371.758	452.165
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	56.490	60.398	Empréstimos e financiamentos	12	778.003	913.308
Impostos a recuperar	7	60	8.988	Taxas regulamentares	14	2.045	-
Impostos diferidos	22.a	-	5.624	Uso do bem público	15	789.590	731.113
Outros créditos		-	18.665	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	1.998	2.931
Imobilizado	9	2.195.114	2.254.111	Impostos diferidos	22.a	12.691	-
Intangível	10	373.318	396.669			1.584.327	1.647.352
		2.624.982	2.744.455	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		714.129	714.129
				Reservas de lucros		219.856	310.157
				Total do patrimônio líquido		933.985	1.024.286
Total do ativo		2.890.070	3.123.803	Total do passivo e patrimônio líquido		2.890.070	3.123.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

